

Revista de
Arqueologia Pública

ARTIGO

**A PRESERVAÇÃO
ARQUEOLÓGICA E A
REDEMOCRATIZAÇÃO:
UM BREVE ESTUDO DE CASO LUSO-BRASILEIRO**

Tobias Vilhena de Moraes

Dossiê

No. 10
ISSN 2237-8294
dezembro de 2014

A PRESERVAÇÃO ARQUEOLÓGICA E A REDEMOCRATIZAÇÃO:

UM BREVE ESTUDO DE CASO LUSO-BRASILEIRO

Tobias Vilhena de Moraes¹

RESUMO

Este artigo tratará de uma reflexão inicial sobre a trajetória de ideias e conceitos de Preservação Arqueológica nas Missões Jesuítico-Guaranis, localizadas no sul do Brasil e em Mértola, Portugal. A análise concentrar-se-á particularmente no período compreendido entre 1970 e 1990, caracterizado pelo fim de regimes autoritários e a abertura democrática em ambos os países. Sobretudo, busca-se compreender como se deu a produção do conhecimento arqueológico dentro de um contexto repressivo. Este artigo faz parte do projeto de Pós-Doutorado que venho desenvolvendo no Laboratório de Arqueologia Pública Paulo Duarte (LAP/UNICAMP) financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

Palavras-chave: Arqueologia Histórica; Preservação Arqueológica; Patrimônio Cultural; Missões Jesuítico-Guaranis; Mértola; Redemocratização.

ABSTRACT

This paper aims to mainly present the trajectory of ideas and concepts for the Archaeological Preservation of the material culture remainings in the Jesuit-Guarani Missions, located in the south part of the Brazilian territory, and in Mertola, Portugal. The analyses will be concentrated in the period of 1970 and 1990, from the dictatorship and the redemocratisation in both countries. Above it all, we want to understand how the archaeological knowledge was produced during an oppressive regime. This paper is part of my pos-doc research which has been developed at the Laboratory of Public Archaeology Paulo Duarte (LAP/UNICAMP) and it is sponsored by São Paulo Research Foundation (FAPESP).

Keywords: Historical Archaeology; Archaeological Preservation; Cultural Heritage;

¹ Pós-doutorando LAP/UNICAMP/FAPESP e Arqueólogo IPHAN-RS. Email para contato: tovilhena@yahoo.com.br

Jesuitic-Guarany Missions; Mértola-Portugal; Re-democratisation.

RESUMEN

Este artículo tratará de una reflexión inicial acerca de la trayectoria de ideas y conceptos de Preservación Arqueológica en las Misiones Jesuítica-Guaranis, ubicadas en el sur de Brasil y en Mértola, Portugal. El análisis estará concentrado particularmente en el período entre los años de 1970 y 1990, marcado por el fin de los regímenes autoritarios y la apertura democrática en los dos países. Sobre todo, buscará comprender como se dio la producción arqueológica a lo largo de un contexto de represión. Este artículo es parte de la investigación Post-doctoral que estoy desarrollando en el Laboratorio de Arqueología Pública Paulo Duarte (LAP/UNICAMP), financiada por La Fundación de Apoyo a la Investigación del Estado de São Paulo (FAPESP).

Palabras clave: Arqueología Histórica; Preservación Arqueológica; Patrimonio Cultural; Misiones Jesuítico-Guaraní; Mértola; Redemocratización

A ARQUEOLOGIA E A PRODUÇÃO CIENTÍFICA

Ao longo dos últimos dez anos, o estudo sobre as relações entre a produção científica e seus respectivos contextos históricos tem ganhado cada vez mais espaço dentro do debate científico nas humanidades, especialmente na Arqueologia, com a realização de trabalhos de diversos pesquisadores estrangeiros e brasileiros interessados na questão.

Obras como *Nationalism, politics, and the practice of archaeology* (KOHL; FAWCETT, 1995), *Confronting the past: negotiating a heritage of conflict in Serra Leone* (BASU, 2008), *Nationalism and Archaeology in Europe* (DÍAS-ANDREU; CHAMPION, 1996), *Histories of archaeology: a reader in the history of archaeology* (MURRAY; EVANS, 2008), *The Archaeology of colonialism: intimate encounter and sexual effects* (VOSS; CASELLA, 2011), *Território primitivo: a institucionalização da arqueologia no Brasil (1870-1917)* (FERREIRA, 2010) e ainda *Identidades, discurso e poder: estudos da arqueologia contemporânea* (FUNARI; ORSER JR.; SCHIAVETTO, 2005) exemplificam com perfeição esse movimento.

Esta bibliografia evidencia que um dos principais desafios do arqueólogo contemporâneo é superar a difundida visão de sua área como mera técnica de resgate do passado – vinculada, na maior parte do tempo, a escavações breves –, compreendendo-a como uma ciência ativa na identificação, proteção e valorização do patrimônio cultural em seu tempo (BUENO & MACHADO, 2003; FUNARI, 1995; KERN, 1995; MC-

DAVID, 2004; MERRIMAN, 2004; MORLEY, 1994; SHACKEL, 2004).

Vista ainda por alguns profissionais de outras áreas das ciências apenas como uma ferramenta de pesquisa, a Arqueologia pode contribuir para a construção de um humanismo contemporâneo, colaborando na formação de recursos humanos de alta significação (FUNARI, 1995, 2003 e 2007; KERN, 1995; MCDAVID, 2004; RENFREW, 1998; SHACKEL, 2004).

No contexto da Arqueologia da Repressão e da Resistência, o presente trabalho busca perceber de que forma a noção de patrimônio emergida em dois contextos de abertura para a democracia, tanto em Portugal, quanto no Brasil, expressam ideários políticos específicos e estabelecem diálogos com as políticas de Estado implementadas durante os longos períodos ditatoriais que vivenciaram os dois países durante o século XX.

O PATRIMÔNIO BRASILEIRO E PORTUGUÊS SOB REGIMES DE FORÇA

Desde o início do século XX, diversos regimes de força foram tomando o poder e estabelecendo novas formas de lidar com o patrimônio cultural de seus povos. Em Portugal, por exemplo, o golpe de estado, em 28 de maio de 1926 – que levou a criação da Direção-Geral dos Edifícios Monumentais Nacionais em 1929 – e a instauração do Estado Novo em 1933, foi o responsável pelo afastamento da Associação dos Arqueólogos Portugueses (AAP) do processo decisório sobre a gestão dos monumentos do país. Para ela, restaram apenas funções de investigação e consultoria arqueológica e histórica.

Enquanto isso no Brasil, desde a primeira metade do século XIX, a busca da identidade nacional crescia no discurso intelectual. O objetivo agora passava a ser não apenas imitar a Europa, mas identificar e afirmar uma cultura nacional autêntica. O tradicional e regional deveriam ser valorizados (GONÇALVES, 2002; FONSECA, 2005).

Neste mesmo período, ganhou corpo no território brasileiro o desenvolvimento de políticas oficiais de patrimônio, principalmente em 1936, quando, pela primeira vez, foi proposta a criação de uma agência federal que se reponsabilizaria pela proteção do patrimônio.

Assim, logo após o golpe que instaura o regime político do Estado Novo, (10/11/1937) é criado por decreto presidencial – Lei nº 378 - o SPHAN (Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), instituição que desde seu início assume como principal objetivo proteger o patrimônio histórico e artístico nacional brasileiro (GONÇALVES, 2002; FONSECA, 2005).

No resto do mundo, no período antecedente ao início da Segunda Guerra Mundial chegou ao auge a ênfase nacionalista sobre o patrimônio. Vestígios localizados em um tempo remoto e de origem longínqua poderiam ser utilizados para construir a ideia de nacionalidade. Alemanha, Itália e mesmo a Inglaterra buscavam suas origens na Antiguidade. Nos períodos ditatoriais como na Itália Fascista e na Alemanha nazista, o uso da arqueologia como política de estado foi intenso (FABIÃO, 2009; GOMES, 2007).

Esta postura continuou por todo terceiro quarto do século passado, embora com um viés econômico cada vez mais presente. Em plena ditadura militar brasileira, por exemplo, durante os anos 1970, a preservação do patrimônio cultural observou um ciclo de renovação e de ampliação conceitual (TORELLY, 2012).

No ano de 1973, é criado o *Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas* (PCH), que tinha como objetivo articular ações de quatro ministérios – Educação e Cultura, Interior, Planejamento e Indústria e Comércio. O principal objetivo deste programa era permitir um arranjo eficiente das políticas públicas do governo federal e assim, fomentar e incrementar o potencial econômico e turístico das cidades históricas. Buscava-se assim, inseri-las no processo de crescimento econômico conhecido como “milagre brasileiro” (TORELLY, 2012).

Concomitantemente, o PCH permitiu alargar a capacidade administrativa e financeira do próprio instituto. Dentre outros aspectos, foi possível estabelecer políticas mais eficientes para a proteção de conjuntos urbanos beneficiados, assim como estabelecer uma melhor qualidade da infraestrutura e da gestão administrativa e pública dos outros entes federativos e também das cidades participantes (TORELLY, 2012).

Este enfoque com forte interesse econômico e social também pode ser observado no período do salazarismo em Portugal. Em um contexto em que o poder colonial perdia força, o Estado Português passou a favorecer diversas ações de valorização de seus vínculos com as colônias ultramarinas. A todo instante, a grandeza de Portugal passou a ser associada com os territórios de suas colônias. Ganha espaço, assim, a valorização de um passado glorioso cristão baseado nas navegações, principalmente aquele passado relacionado ao período manuelino (séc. XVI). Um discurso de estado que queria, sobretudo, a permanência destes territórios sob sua influência direta.

A PRESERVAÇÃO ARQUEOLÓGICA NA AMÉRICA LATINA

Ao longo dos últimos anos, diversos países do continente americano têm apresentado uma importante trajetória nas discussões sobre Preservação Arqueológica. Alguns deles, herdeiros de monumentos Incas, Astecas e Maias, tiveram muitos problemas a enfrentar no campo da conservação e restauro. Isso se deveu não apenas à escala das

estruturas remanescentes dessas civilizações, mas a sua complexa distribuição, localização e distribuição, assim como à farta quantidade. Na América do Sul, estruturas de adobe, presentes em países como Equador e Peru, eram o grande desafio. O estabelecimento de medidas de salvaguarda era urgente.

O marco para a consolidação do corpo teórico da Arqueologia na América Latina foi, sem sombra de dúvida, o Encontro de Quito (1967). Nesse evento, foram estabelecidos pontos que reconheciam a escassez de recursos humanos e aconselhavam a concepção de um centro ou instituto, de caráter interamericano, especializado em matéria de restauração.

Várias instituições internacionais participaram desse esforço. Dentre elas, podemos citar a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), o Instituto de Museus e Conservação de Roma (ICCRROM) e o Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios (Icomos), bem como algumas representações nacionais americanas da área do patrimônio. Progressivamente, a partir do final dos anos 1960, foram sendo implantados vários centros de capacitação e cursos regionais, em vários países (CHOAY, 2001 e 2011; DÍAS-ANDREU, 2007; HARRISON, 2013; POULOT, 2009; FAUSTO, 2013).

No Brasil, especificamente, os resultados do Encontro de Quito são visíveis, na consolidação do Curso Regional de Especialização em Conservação de Monumentos e Reabilitação de Cidades Históricas, UFBA - IPHAN – Salvador (CECRE) e Curso de Conservação e Restauração de Bens Móveis, UFMG – IPHAN, Belo Horizonte (CECOR). O primeiro teve como enfoque desde sua fundação, em 1980, os bens imóveis e sítios, tendo começado na cidade de São Paulo e depois sendo deslocado para a Bahia. Já o segundo foi gestado em 1976, constituído em 1980, e teve como principal foco os bens móveis.

Essas instituições novas e dinâmicas marcavam um novo período no campo da salvaguarda do patrimônio no território nacional. Desde o fim da década de 1970, o país enfrentava mudanças significativas em sua política, com a crise do governo militar e o caminho aberto para a democracia. Em 1979, o órgão responsável pela gestão do patrimônio cultural brasileiro modifica sua estrutura administrativa e técnica, surgindo assim duas estruturas institucionais que coexistiram por certo período, a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), com poder de polícia, e a Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM), responsável pela execução de políticas de preservação, sendo conhecidas pela expressão “Sphan/Pró-Memória” (GONÇALVES, 2002 e 2013; FICO, 2004).

A narrativa histórica desse período institucional vê a mudança do enfoque sobre temas técnicos e historiográficos para os conceitos da moderna Antropologia. Isso pode

ser facilmente percebido na mudança do discurso que tratava do “patrimônio histórico e artístico”, da geração heróica anterior (como foi denominado o primeiro grupo de técnicos do patrimônio), para a noção de bens culturais, adotada pela presidência do instituto na época (GONÇALVES, 2002 e 2013).

O passado começa a ser tratado como referência que deve ser reinterpretada no presente, com propósitos futuros. Nesse contexto, exalta-se a diversidade cultural como item importante no processo de desenvolvimento. As culturas africanas e ameríndias não são mais consideradas estágios de uma evolução universal, mas distintas formas de vida social e culturais contemporâneas e em construção.

Ao mesmo tempo, autores de outros campos da ciência vêm somar-se aos arqueólogos para teorizar e refletir sobre cultura material. Nesse sentido, destaca-se a atuação do antropólogo britânico Daniel Miller (2005, 2013), que enfatiza a necessidade de uma abordagem global das pessoas e coisas. O autor extrai de Hegel seu conceito de objetivação, enxergando no esquema progressivo daquele um processo dinâmico no qual um determinado objeto desenvolve-se a partir de uma projeção em um mundo externo e, conseqüentemente, reapropria-se de sua própria projeção.

Nessa época, os objetos e atividades sociais e culturais passam a ser classificados como “bens culturais”, entendidos como meios pelos quais os diversos segmentos da sociedade expressam-se. Miller (2005, 2007, 2013) destaca a necessidade de que o mundo dos objetos criados pela sociedade não seja classificado como algo abstrato e separado dela. Para ele, a sociedade deve apropriar-se da cultura que produziu. Nesse contexto, os diversos órgãos responsáveis pela área da cultura, espalhados pelo mundo, passam a considerar o patrimônio arqueológico de forma mais ampla e completa (MENEZES, 1984 e 1996).

No campo prático, a partir dessa época, principalmente no México, a ação de proteção vincula-se à necessidade de pesquisa intensiva e profunda para formular uma base teórico-metodológica específica, que oriente as intervenções restaurativas, a partir dos elementos arquitetônicos diferenciados existentes naquele país (MONTES, 1998).

Nesse campo, destacaram-se principalmente a discussão crítica de Augusto Molina Montes (1998) sobre as intervenções e reconstruções do patrimônio monumental mexicano e, no âmbito educacional, a atuação de Carlos Chanfón Olmos (1928-2002), que dirigiu o setor de Monumentos Históricos do Instituto Nacional de Antropologia e História (Inah), no México, a partir de 1968. Cabe destacar que este último prosseguiu sua carreira no Centro Churubusco, dedicado à investigação e à formação de restauradores e à prática da restauração, tendo sido patrocinado pelo governo mexicano, a Organização das Nações Unidas (ONU), através da Unesco, e a Organização dos Estados Americanos (OEA) (MONTES, 1998).

Na Arqueologia latino-americana, principalmente aquela vinculada às obras de restauro, surgem diversos profissionais e instituições. Os profissionais de maior destaque são Manuel Gámio (1883-1960), diretor da Escola Internacional de Arqueologia e Etnologia Americana, e Jorge R. Acosta (1904-1975), chefe da Seção de Preservação e Conservação do Departamento de Monumentos Pré-Hispânicos do Inah, que trabalharam na escavação e restauração de alguns dos grandes sítios arqueológicos mexicanos, como Teotihuacán, Monte Alban e Tula (MONTES, 1998; PÉREZ, 1998).

Nesse contexto de expansão da atuação dos organismos responsáveis pelas ações de conservação e restauro, desenvolve-se a Arqueologia Histórica latino-americana. Mais especificamente no Brasil, sua prática ganha força a partir de 1980, como resultado da paulatina reconquista das liberdades públicas e do declínio do arbítrio, primeiro com a Lei de Anistia (1979), depois com o relaxamento da censura e, finalmente, com a volta de um regime civil em 1985. Um exemplo disso é que nesse momento surgem e ganham força projetos de escavação nas Missões Jesuítico-Guaranis (FUNARI, 1994b e 2005; FUNARI & ORSER, 2007; IPHAN, 1998a e 1998b; ORSER, 1992; GONÇALVES, 2002; SCHÁVELZON, 2003; SYMANSKI, 2009; FICO, 2004).

A GESTÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO MISSIONEIRO

Localizadas na região sul da América do Sul, as Missões foram palco de uma acirrada disputa territorial entre Espanha e Portugal, durante os séculos XVII e XVIII. Ao mesmo tempo, marcaram uma das mais surpreendentes experiências históricas entre povos europeus e indígenas em solo americano. Um processo de contínua transformação cultural alterou para sempre o modo de vida dessas populações sob a influência contínua das inovações europeias, sem que a cultura tradicional indígena desaparecesse completamente (BARCELOS, 2000; CURTIS, 1993; CUSTÓDIO, 1987 e 2002; FURLONG, 1937 e 1962; KERN, 1998; PESAVENTO, 1994; SHULZE-HOFER, 2008).

Os vestígios materiais daquela época testemunham hoje as expressivas manifestações culturais que ali ocorriam. Esculturas, cerâmica e arquitetura eram tratadas com delicadeza, apuro e técnica por religiosos e indígenas (CUSTÓDIO, 1987, 2002 e 2009; GUTIÉRREZ, 1982, 1987 e 1992; STELLO, 2005; WEIMER, 1993).

Atualmente, as Missões Jesuítico-Guaranis representam um sistema de bens culturais transfronteiriços localizados nos territórios do Brasil, Argentina e Paraguai. Representam, sobretudo, um importante testemunho do processo de formação do território sul-americano e das diversas relações culturais entre europeus e povos nativos.

No entanto, quando observamos as primeiras ações dos órgãos de gestão do patrimônio cultural, iniciadas no segundo quarto do século passado, boa parte dos trabalhos

centravam-se em temas relacionados à consolidação das estruturas arquitetônicas remanescentes (BRASIL, 1993 e 2006; CUSTÓDIO, 2002 e 2009; GUTIÉRREZ, 1982 e 1992; LEVINTON, 1998; MAYERHOFER, 1947; STELLO, 2005).

Uma das primeiras iniciativas para superar essa abordagem foram as escavações executadas por Fernando La Salvia em São Nicolau, no fim da década de 1970. O trabalho coordenado pelo pesquisador decorreu de convênio firmado entre o Sphan e a Subsecretaria de Cultura, Desportos e Turismo do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, com o objetivo de promover escavações arqueológicas nos remanescentes da antiga redução jesuítico-guarani, na cidade de São Nicolau. Esse trabalho, uma escavação ampla (cerca de 4.500 m²), no centro da cidade, pode ser considerado um marco para a Arqueologia Histórica brasileira. Foram escavadas estruturas de igreja, colégio, adega, casas de índios, hospital, sistema de esgotos nos fundos da igreja, cabil-do e habitações próximas a ele (LA SALVIA, 1982 e 1983b).

No entanto, a falta de trabalhos de consolidação e estabilização dos remanescentes encontrados acarretou a perda de boa parte da área escavada, expondo parte dos vestígios e estruturas às intempéries e à ação humana. As poucas imagens existentes sobre os trabalhos ilustram esse problema. Pisos, colunas, canais d'água não foram abrigados corretamente.

Posteriormente, o próprio La Salvia (1983a: 214) alertou que aquela “escavação deveria ter tido continuidade com a estabilização dos remanescentes e um processo de conservação dos pisos e evidências, o que não se realizou”, desconhecendo a causa disso, mas afirmando que o ocorrido levava a “um dano muito grande à área escavada” e “praticamente à sua perda”. Esse fato gerou uma mudança de perspectiva nas práticas futuras de escavações arqueológicas.

Os limites impostos à Arqueologia são identificados não apenas na região missioneira, mas por todo o Brasil. Eles também não são um fenômeno exclusivo daquela época e, nos últimos anos, emergiram como elemento de discussão em congressos e seminários, a partir de uma preocupação constante com “[...] as consequências sociais, políticas e culturais do trabalho de Arqueologia” (BARRETO, 2008: 48) e com o papel da Arqueologia no campo do patrimônio cultural.

Em decorrência dessas atividades, em 1983, o Sphan (órgão normativo), através da FNPM (órgão executivo), levava à Unesco a proposição de transformar o sítio missioneiro de São Miguel em Patrimônio Mundial. A articulação de arqueólogos que atuavam no estado pressionava por uma atuação permanente desses profissionais, em um trabalho que deveria considerar uma ação definitiva e imediata nas regiões urbanas e agropastoris onde se encontravam os remanescentes (LA SALVIA, 1983a e 1983b). Nesse mesmo período, a Arqueologia brasileira e a ciência mundial passaram por

profundas mudanças em sua estrutura funcional e científica. Desde a interlocução com outras áreas do saber até a internacionalização dos contatos entre profissionais, cada vez mais a Arqueologia buscava um diálogo com seu próprio mundo (BASTOS, FUNARI, 2008; LIMA, 2001 e 2002; SHANKS, TILLEY, 1993; REIS, 2005; ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2000; TRIGGER, 2004).

Nesse caminho, caem muros que impediam o contato com outras áreas do conhecimento e instituições (dentro e fora do país), o que vinha “[...] provocando uma circulação direta e mais rápida das informações, renovando as discussões teórico- metodológicas” (KERN, 2002: 123). Isso passa a ser vislumbrado já na década de 1980, com o desenvolvimento de outra etapa de pesquisa arqueológica nas Missões.

Com a saída do professor La Salvia, estruturou-se um novo projeto, denominado Arqueologia Histórica Missioneira (1985), por meio de um acordo de cooperação técnica entre a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e o Sphan. O trabalho teve coordenação técnica dos arqueólogos Arno Alvarez Kern e Pedro Augusto Mentz Ribeiro, e coordenação institucional do arquiteto Julio Curtis.

A partir dessa época, os trabalhos arqueológicos desenvolveram-se em diferentes ocasiões nos sítios de São Lourenço, São João Batista e São Miguel Arcanjo (Fig.1). O Sítio Escola Internacional Missões, realizado nos anos 1990, merece destaque por ter proporcionado a produção de um significativo conjunto de pesquisas – monografias, dissertações e teses – a partir das escavações. Um de seus principais objetivos era reconhecer o espaço das reduções, para posteriormente cercá-las (KERN, 1994 e 1998).

A fim de divulgarem-se os resultados da pesquisa, vários artigos relacionados ao projeto Arqueologia Histórica Missioneira começaram a ser lançados em revistas de circulação acadêmica, e a participação de profissionais ligados a ele em eventos científicos também ajudou nessa divulgação (CARLE, 1998; KERN, 1992 e 1994; SOUZA, 1988).



Fig. 1: Sítio Arqueológico de São Miguel das Missões. Fonte: Arquivo IPHAN/RS.

Cabe destacar que, desde o fim da década de 1970, a Arqueologia brasileira incorporava seus quadros profissionais. Além do crescimento de instituições de formação, vários eventos em universidades e museus ajudavam a solidificar a Arqueologia no país (SOUZA, 1991; FUNARI, 1994b e 1999; PROUS, 1992; LIMA, 1993 e 2006). Essas transformações coincidiam com a abertura política do país e com os movimentos que pressionavam pela redemocratização.

Nesse novo contexto de circulação do conhecimento, o profissional arqueólogo passa a agir para ultrapassar limites impostos até então e aproximar-se de outras disciplinas, que atuavam (ou poderiam vir a atuar) no desenvolvimento de projetos contínuos de gestão integrada em uma perspectiva multidisciplinar (BARRETO, 2008; KERN, 1998; TUNBRIDGE; ASHWORTH 1996; TRIGGER, 2004).

Muitas vezes, a articulação com outras áreas do conhecimento em projetos de pesquisa em Arqueologia contribuiu para ampliar o conhecimento dos arqueólogos sobre o passado missioneiro, como ficou claro com os estudos geológicos e geofísicos que buscaram compreender a utilização das rochas no processo construtivo da missão. Consolidava-se, assim, um enfoque do patrimônio como um fenômeno social amplo (NOWATZKI, 2004 e 2007; HARRISON, 2013).

Desse modo, ao mesmo tempo em que o papel do cientista arqueólogo se modificou nos últimos anos, também o campo da cultura expandiu seus horizontes, demandando novos olhares sobre as práticas de gestão do patrimônio arqueológico há muito consolidadas (HOLTORF, 2005 e 2007; LITTLE, 2007; HARRISON, 2013; SAID, 2010 e

2011; VOLKMER, 2005).

Assim, fica claro que o reconhecimento da pesquisa científica focada sobre o patrimônio cultural, e dentro de cada contexto histórico, torna-se um instrumento de trabalho fundamental na compreensão da trajetória da ciência arqueológica. Reconhecer a trajetória do campo da Preservação Arqueológica e os diversos conceitos patrimoniais que o permeiam permite compreender como se deram as diversas iniciativas executadas.

Trabalhos com esse enfoque são rotineiramente desenvolvidos, seja nos tantos parques dos Estados Unidos controlados pelo *National Park Service* (NPS), no Museu de Londres ou em trabalhos de arqueologia comunitária de empresas do setor privado. Ele ganha espaço, sobretudo, em programas de gestão patrimonial dos órgãos públicos nacionais que têm como proposta recuperar a memória de escavações arqueológicas anteriores e definir métodos mais eficientes de curadoria no presente (HEITERT, ELQUIST, GILLIS, 2012; CORBISHEY, 2011; SHA, 1993; SMITH, WATERTON, 2009).

Este padrão de análise não se restringe aos programas de gestão patrimoniais, como atestam algumas investigações atuais executadas no âmbito acadêmico. No Brasil e na Argentina, por exemplo, alguns pesquisadores têm desenvolvido este tema em suas instituições. Sobretudo, estes pesquisadores concentram sua investigação sobre a produção em Arqueologia durante governos ditatoriais designados como Estado Novo (entre os anos de 1926 e 1946) e Ditadura civil-militar, no contexto brasileiro, ou durante os diferentes golpes de estado executados na Argentina na segunda metade do século XX. Tratam-se de propostas de trabalho que tomaram nações com histórico semelhante em seu quadro político e social para analisar o percurso da ciência arqueológica (POLONI, 2009; CARVALHO, FUNARI 2009; GOMES, 2005; LEAL, 2012; ZARANKIN, 2002).

UM CASO PORTUGUÊS: MÉRTOLA

Seguindo esse mesmo caminho, diversos estudos conduzidos em Portugal tomaram como premissa principal o levantamento das práticas de gerenciamento do patrimônio arqueológico através do tempo, inclusive em localidades registradas como Patrimônio Mundial pela Unesco. Surgiram, assim, no país, esforços destinados a fazer da cultura e do patrimônio um vetor primordial para o desenvolvimento local. O caso do Projeto Mértola Vila Museu é de especial interesse para estabelecer uma relação com o universo da produção arqueológica missionária do mesmo período.

Com o fim do regime Salazarista, em 1974, e a redemocratização institucional do país, várias prefeituras portuguesas incentivaram projetos até então irrealizáveis.

Poucos anos mais tarde, na pequena aldeia alentejana de Mértola, entre 1978 e 1980, desenvolveram-se escavações com a participação de jovens da própria comunidade, cujo foco principal eram os sítios relacionados ao período de ocupação islâmica.

Essa postura de trabalho consolidou-se como uma abordagem inovadora em Portugal, na época, quando vários projetos arqueológicos e da área de arte tinham como principal foco o mundo cristão do período das navegações (ALMEIDA, 1965; FABIANO, 1989; MACIAS, TORRES 2001; MARTÍNEZ, 2003; TORRES, 2009; PALMA, 2012).

Em 1980, foi criada a Associação para a Defesa do Patrimônio de Mértola (ADPM), sob proteção do Partido Comunista Português, que assumiu a prefeitura local. Ela tinha como principais objetivos inventariar, estudar, defender e valorizar o patrimônio local (MACIAS, TORRES, 2001; TORRES, 2009). Com o enfoque amplo, desde o início a multidisciplinaridade foi posta em prática. A participação de etnógrafos, arquitetos e biólogos foi fundamental para o crescimento do projeto.

Experiências inovadoras no âmbito do teatro e da animação foram bem recebidas pela comunidade (Fig. 2). O desafio principal do projeto, no início, era sustentar sua forma de trabalho em uma região relativamente extensa (1.280 km²) e que enfrentava um contínuo processo de desertificação humana, com a saída dos camponeses para cidades ou aldeias maiores (MACIAS, TORRES, 2001; MARTÍNEZ, 2003; TORRES, 2009; PALMA, 2012).

Esse grupo de pesquisa – que atualmente faz parte do Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e do Porto – conseguiu fomentar, ao longo dos anos, o levantamento, análise e pesquisa do patrimônio, propondo sua conservação e salvaguarda e cooperando com entidades públicas e privadas em ações científicas ou de promoção cultural e social.



Fig. 2: Mértola, anos 2000. Fonte: Campo Arqueológico de Mértola.

As diversas ações de salvaguarda e práticas educativas para o patrimônio aplicadas foram fundamentais, em vários momentos, para o estabelecimento de um sistema de parceria contínua com os diversos agentes públicos e moradores (MACIAS, TORRES, 2001; TORRES, 2009; PALMA, 2012).

Contemporâneas, as pesquisas iniciadas em Mértola e nas Missões são importantes estudos de caso que permitirão contrastar realidades socioculturais com os discursos patrimoniais adotados na época. Sobretudo, comparando diferentes realidades político-sociais do fim dos anos 1970 e início dos anos 1980.

Fato é que os dois sítios arqueológicos começaram a ser foco de pesquisas sistemáticas no período de transição entre a ditadura e a democracia em seus respectivos países.

Observar como se deu a relação entre os diferentes sistemas políticos e a produção arqueológica permitirá, primeiramente, demarcar aproximações e distanciamentos entre dois países separados por um oceano. Em segundo lugar, será possível reconhecer de maneira clara como foi reconquistado e reconstruído o caminho para discussão do patrimônio arqueológico em um ambiente democrático.

A GESTÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO EM DIFERENTES CONTEXTOS

Principalmente entre o fim da década de 1970 e início de 1980, o órgão responsável

pela gestão do patrimônio arqueológico brasileiro, o IPHAN, presenciou uma grande mudança na sua forma de atuação técnica. Se antes suas principais atividades se restringiam em identificar, tomba, preservar e restaurar monumentos, a partir de agora, o discurso institucional colocava relevância em noções de pluralismo cultural, participação da comunidade e democracia (GONÇALVES, 2002 e 2013).

Este discurso colocava como uma dos seus principais propósitos a apropriação dos bens culturais em nome da “nação” e o seu retorno para as comunidades locais, que seriam seus autênticos proprietários (GONÇALVES, 2002: 77).

As discussões sobre o patrimônio cultural brasileiro mudam substancialmente neste período, saindo dos temas técnicos e historiográficos para conceitos da moderna antropologia. Tal fenômeno é perceptível através da mudança do discurso que tratava do “patrimônio histórico e artístico”, pela noção de “bens culturais” adotada pela nova presidência do Patrimônio, principalmente, no breve período coordenado por Aloísio de Magalhães (1979- 1982).

O passado passa a ser considerado como referência que deve ser reinterpretada no presente e com propósitos futuros. Por sua vez, a diversidade cultural e a participação ativa das comunidades passam a ser elencadas como conceitos importantes a serem considerados no processo de desenvolvimento do próprio país. Aspecto importante e que se encaixa perfeitamente no espaço de discussão sobre a abertura democrática que ocorria no país.

Como brevemente apresentado neste artigo, este fenômeno de transformação não foi exclusivo do Brasil e também pode ser percebido em outros países latinoamericanos e mesmo europeus, como no caso português apresentado acima, quando a partir de 25 de Abril de 1974, com a queda do regime Salarazista, uma nova forma de encarar o passado ganha espaço. A própria Associação dos Arqueólogos Portugueses (AAP), a partir dessa época, é reconduzida ao centro do debate sobre as atividades arqueológicas. Diversas escavações e debates que contemplam a diversidade cultural do país proliferaram por todo o território (FABIÃO, 2009; GOMES, 2007).

A pesquisa em desenvolvimento na UNICAMP propõe-se, assim, investigar a trajetória de ideias e conceitos de Preservação Arqueológica nas Missões Jesuítico-Guaranis, localizadas no sul do Brasil, e em Mértola, Portugal. O foco concentra-se na análise do período compreendido entre 1970 e 1995, caracterizado pelo fim de regimes autoritários e pela abertura democrática em ambos os países. Época em que os atores políticos e agentes sociais reconquistam espaço para discussão de políticas culturais em um ambiente democrático.

Com esse objetivo, a investigação buscará, em um primeiro momento, caracterizar e compreender as transformações políticas e os diferentes discursos sobre cultura

nacional existentes no período, a fim de perceber como foram construídos os projetos políticos para a proteção e valorização do patrimônio no Brasil e em Portugal na segunda metade do século passado.

Em seguida, procurará perceber os discursos utilizados na preservação do patrimônio arqueológico nacional em um período de profundas transformações políticas e socioculturais. O enfoque se concentrará na atuação de pesquisadores, instituições e programas científicos existentes na época. Os objetivos e principais desafios existentes devem refletir o ideário intelectual, cultural e político do qual eram contemporâneos.

Este estudo ainda está em sua caminhada inicial e ao longo do projeto será desenvolvido de forma mais detalhada e aprofundada. Para desenvolver uma investigação ampla deverão ser considerados os resultados de diversas escavações, observando a construção histórica de normativas legais e técnicas referentes ao patrimônio cultural, analisando a trajetória dos discursos arqueológicos e de patrimonialização existentes nestes dois sítios arqueológicos.

Por fim, serão observadas as redes estabelecidas no interior dos diferentes sistemas políticos vigentes à época, em sua relação com a respectiva produção arqueológica com o objetivo de demarcar claramente aproximações e distanciamentos entre esses dois contextos. Um método de trabalho que buscará compreender um pouco mais a trajetória da Arqueologia no fim do século passado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, L. Ferrand de. “Alguns documentos para a história da arqueologia em Portugal”. *Conimbriga*, v. 4, p. 103-105, 1965.

BARCELOS, Artur Henrique Franco. *Espaço e arqueologia nas missões jesuíticas: o caso de São João Batista*. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (EDIPUCRS), v. 600, 2000.

BARRETO, Euder Arrais (Org.). *Patrimônio cultural e educação: artigos e resultados*. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2008.

BASTOS, Rossano Lopes; FUNARI, Pedro Paulo A. “Public Archaeology and management of the Brazilian archaeological-cultural heritage”. In: SILVERMAN, Helaine; ISBELL, William H. (Orgs.). *Handbook of South American Archaeology*. New York: Springer, p. 1.127-1.133. 2008.

BASU, Paul. “Confronting the past? Negotiating a heritage of conflict in Sierra Leone”. *Journal of Material Culture*, London, v. 13, p. 233, 2008.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Manual de gerenciamento do patrimônio arqueológico*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/IBPC, 1993.

_____. Ministério da Cultura. *Coletânea de leis sobre preservação do patrimônio*. Rio de Janeiro: Iphan, 2006.

BUENO, Lucas de Melo Reis; MACHADO, Juliana Salles. *Paradigmas que persistem:*

as origens da arqueologia no Brasil. 2003. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/arqueologia/arq16.shtml>>. Acesso em: 12 abr. 2014.

CARLE, Cláudio Batista. “O conhecimento dos metais nas Missões”. RS-Brasil. In: KERN, Arno. *Arqueologia histórica missioneira*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

CARVALHO, Aline Vieira de; FUNARI, Pedro Paulo A. *As possibilidades da arqueologia pública*. Disponível em:

<<http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=arqueologia&id=31>>. Acesso em: 16 jun. 2009.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Unesp, 2001.

_____. *O patrimônio em questão: antologia para um combate*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

CORBISHEY, MIKE. *Pinning down the past: Archaeology, heritage and education today*. Woodbridge: The Boydell Press, 2011.

CURTIS, Julio Nicolau Barros de. “O espaço urbano e a arquitetura produzidos pelos Sete Povos das Missões”. In: WEIMER, G. *A arquitetura no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.

CUSTÓDIO, Luiz Antonio Bolcato. *Missões, uma história de 300 anos*. Porto Alegre: Iphan/ 12ª CR/Comissão Missões, 1987.

_____. *A redução de São Miguel Arcanjo: contribuição ao estudo da tipologia urbana missioneira*. 2002. 199 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

_____. “Missões jesuíticas: arquitetura e urbanismo”. *Cadernos de História*, n. 21. Disponível em: <<http://www.memorial.rs.gov.br/projetos-cadernos.htm>>. Acesso em: 5 jan. 2009.

DÍAS-ANDREU, M. “Nationalism and archaeology in Europe: an introduction”. In: DÍAS-ANDREU, M, CHAMPION, T (Orgs.) *Nationalism and Archaeology in Europe*. Colorado: Westview Press, 1996.

DÍAS-ANDREU, M. “Internationalism in the invisible college: political ideologies and

friendships and archaeology”. *Journal of social archeology*, v. 7 (1), p. 29-48, 2007.

FABIÃO, Carlos. “Para a história da Arqueologia em Portugal”. *Penélope. Fazer e Desfazer História*, Portugal, nº 2, fev. 1989.

FABIÃO, C. *Uma história da Arqueologia Portuguesa*. Lisboa: CTT – Correios de Portugal, 2009.

FAUSTO, Boris. “A vida política”. In: SCHWARZ, Lilia Moritz (dir.). *Olhando para dentro 1930-1964*. São Paulo: Objetiva, v. 4, 2013.

FERREIRA, Lúcio M. *Vestígios de civilização: a arqueologia do Brasil imperial (1838/1877)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

FERREIRA, Lúcio Menezes. *Território primitivo: A institucionalização da arqueologia no Brasil (1870-1917)*. Porto Alegre: EdiPUC-RS, 2010.

FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2004.

FUNARI, Pedro Paulo de Abreu. “Rescuing ordinary people’s culture: museums, material culture and education in Brazil”. In: STONE, Peter G.; MOLYNEAUX, Brian L. *The presented past – heritage, museums and education*. Londres: Routledge, 1994a. p. 120-135.

_____. “South American Historical Archaeology”. In: *Historical Archeology in Latin America*. Columbia: The University of South Carolina, 1994b.

_____. “A hermenêutica das ciências humanas: a história e a teoria e práxis arqueológicas”. *Revista da SBPH*, Curitiba, n. 10, p. 3-9, 1995.

_____. “Western influences in the archaeological thought in Brazil”. In: *WORLD ARCHAEOLOGICAL CONGRESS*, 4., South Africa, 1999.

_____. *Arqueologia*. São Paulo: Contexto, 2003.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. ORSER JR, Charles E.; SCIAVETTO, Solange Nunes de Oliveira (Orgs.). *Identidades, discurso e poder: estudos da arqueologia contemporânea*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2005.

FUNARI, Pedro Paulo de Abreu; PELEGRINI, Sandra C. A. *Patrimônio Histórico e Cultural*. São Paulo: Jorge Zahar, 2006.

FUNARI, Pedro Paulo de Abreu; SILVA, Gladys José da. “Nota de Pesquisa sobre o Projeto de Pesquisa do Acervo de Arqueologia e Patrimônio de Paulo Duarte”. *História e História*, p. 1-25, 2007.

FURLONG, Guillermo Cardiff. *La arquitectura en las misiones guaraníicas*. Buenos Aires: Estudios 57, 1937.

_____. *Misiones y sus pueblos de Guaraní*. Buenos Aires: Balmes, 1962.

GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

GOMES, Sérgio Alexandre da R. “As identidades nacionais nos regimes ditatoriais: o caso da romanità na Itália fascista e o reaportuguesamento salazarista”. *Revista da Faculdade de Letras Ciências e Técnicas do Patrimônio*, I Série, vol V-VI, p. 189-224, 2006-2007.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/MinC-Iphan, 2002.

GONÇALVES, José Reginaldo; GUIMARÃES, Roberta; BITAR, Nina Pinheiro (Eds.). *A alma das coisas. Patrimônios, materialidade e ressonância*. Rio de Janeiro: Maud/FAPERJ, 2013.

GUTIÉRREZ, Ramón. “La misión jesuítica de San Miguel”. *Dana*, Cedodal, n. 14, 1982.

_____. *As Missões Jesuíticas dos Guarani*. Rio de Janeiro: Fundação Pró-Memória/Unesco, 1987.

_____. *Arquitectura y Urbanismo en Ibero-América*. Madrid: Cátedra, 1992.

HARRISON, Rodney. *Heritage: critical approaches*. Londres, Nova York: Routledge, 2013.

HEITERT, Kristen; ELQUIST, Ora; GILLIS, Nichole. *New Bedford Whaling National Historical Park: archaeological overview and assessment (V. I)*. Massachusetts: National Park Service – New Bedford Whaling National Historical Park, 2012.

HOLTORF, Cornelius. *From Stonehenge to Las Vegas: Archaeology as popular culture*. Oxford: Altamira Press, 2005.

_____. *Archaeology is a brand*. Oxford: Archaeopresse, 2007.

IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *O patrimônio cultural no âmbito do licenciamento ambiental*. Relatório de Grupo Interdisciplinar de Trabalho. Brasília: Iphan, 1998a.

_____. *Programa de Turismo Cultural*. Relatório de Grupo Interdisciplinar de Trabalho. Brasília: Iphan, 1998b.

KERN, Arno Alvarez. “O futuro do passado. Os arqueólogos do novo milênio”. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia (Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia)*,

Porto, Portugal, v. 42, n. 1-2, p. 115-136, 2002.

KERN, Arno Alvarez (Org.). “A arqueologia e o Sítio-Escola Internacional do curso de pós-graduação em História da PUCRS”. *Veritas*, v. 39, n. 154, p. 199-209, 1994.

_____. *A carta internacional da Arqueologia ICOMOS*. Porto Alegre: SAB, 1995.

_____. *Arqueologia Histórica Missioneira*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

KOHL, P. L.; FAWCETT, C. “Archaeology in the service of the state: theoretical considerations”. In: KOHL, P. L.; FAWCETT, C. (Orgs.). *Nationalism, politics and the practice of archaeology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995. p. 3-18.

LA SALVIA, Fernando. *Evidenciação, interpretação e ambientação dos remanescentes das antigas missões jesuíticas no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo, 1982.

_____. “São Lourenço Mártir: algumas idéias para uma pesquisa arqueológica”. *Revista Ciências e Letras da Faculdade Porto-Alegrense de Educação Ciências e Letras*, Porto Alegre, n. 3, p. 67-75, ago. 1983a.

_____. “A Arqueologia nas Missões e uma perspectiva futura”. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE ESTUDOS MISSIONEIROS, 5., 1983, Santa Rosa. *Anais...* Santa Rosa: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Dom Bosco, Centro de Estudos Missioneiros, 1983b.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LEVINTON, Norberto. *La arquitectura del Pueblo de San Juan Batista: tipología y regionalismo*. Buenos Aires: Faro Editorial, 1998. 41 p.

LIMA, T. A. “Arqueologia histórica no Brasil: balanço bibliográfico (1960-1991)”. *Anais do Museu Paulista*, 1993.

_____. “A proteção do patrimônio arqueológico no Brasil: omissões, conflitos, resistências”. *Revista de Arqueologia Americana*, México, v. 20, p. 53-79, 2001.

_____. “Os marcos teóricos da Arqueologia Histórica: possibilidades e limites”. *Revista*

Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, v. XXVIII, n. 2, p. 7-23, 2002.

_____. “Teoria arqueológica em descompasso no Brasil: o caso da Arqueologia Darwiniana”. *Revista de Arqueologia*, Belém, v. 19, p. 125-141, 2006.

LITTLE, Barbara J. *Historical Archaeological: why the past matters*. California, Walnut Creek: Left Coast Press, 2007.

MACIAS, Santiago; TORRES, Cláudio. *Museu de Mértola – Arte islâmica*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, 2001.

MARTÍNEZ, Suzana Gómez. Mértola, Vila Museu. “Un proyecto cultural de desarrollo local”. In: NOGUÉS, Antonio Miguel (Coord.). *Cultura y Turismo*. Signatura Demos,

2003.

MAYERHOFER, Lucas. *Reconstituição do Povo de São Miguel das Missões*. Tese de Concurso. Rio de Janeiro: UFRJ, 1947.

MCDAVID, Carol. “From Traditional Archaeology to Public Archaeology to Community Action”. The Levi Jordan Plantation Project. In: SHACKEL, Paul A; CHAMBERS, Erve J. *Places in mind: Public Archaeology as Applied Anthropology*. New York: Routledge, 2004. Capítulo 2.

MENEZES, Ulpiano Bezerra de. “Identidade cultural e patrimônio arqueológico”. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 20, p. 33-36, 1984.

_____. “A psicologia social no campo da cultura material”, *Anais do Museu Paulista*, 1996.

MERRIMAN, Nick. “Introduction – diversity and dissonance in public archaeology”. In: MERRIMAN, Nick (Org.). *Public archaeology*. Londres: Routledge, 2004.

MILLER, Daniel. “Materiality: an introduction”. In: *Materiality*. Durham/London: Duke University Press, 2005.

_____. “Consumo como cultura material”, *Horizontes Antropológicos*, n. 28, p. 33-63, jul/dez, 2007.

_____. *Trecos, troços e coisas*. Estudos antropológicos sobre a cultura material. Rio de Janeiro : Zahar, 2013.

MONTES, Augusto Molina. *Considerações sobre a restauração arquitetônica em arqueologia*. Tradução: Iphan/Deprom. 1998. 83 f. Tese (Doutorado) – Escola Nacional de Antropologia e História, Cidade do México, 1998.

MORLEY, Edna J. (Org.). *Métodos arqueológicos e gerenciamento de bens culturais*. 2 ed. Rio de Janeiro: Iphan (Departamento de Promoção), 1994. (Caderno de Debates).

MURRAY, T; EVANS, C. (Orgs.). *Histories of archaeology: a reader in the history of archaeology*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

NOWATZKI, Carlos Henrique (Org.). *O sítio arqueológico de São Miguel das Missões: uma análise sob o ponto de vista da geologia*. São Paulo: All Print, 2004.

_____. “A Geologia Arqueológica na Unisinos”. *Cadernos IHU Ideias*, São Leopoldo, ano 5, n. 75, 2007.

ORSER JR., Charles E. *Introdução à arqueologia histórica*. Belo Horizonte: Oficina dos Livros, 1992.

PALMA, Maria de Fátima (Coord.). *Carta arqueológica do concelho de Mértola*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, D.L., 2012.

PÉREZ, Alejandro Villalobos. *Urbanismo y arquitectura mesoamericanos* – material didático. México, DF: Facultad de Arquitectura UNAM, 1998.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.

POLONI, R. J. S. . “A Etnoarqueologia no Brasil: Ciência e Sociedade no Contexto da Redemocratização”. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, v. 19, p. 87-102, 2009.

POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no Ocidente: séculos XVIII-XXI*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

PROUS, André. *Arqueologia brasileira*. Brasília: UNB, 1992.

REIS, José Alberione dos. “Um palimpsesto sobre teoria na Arqueologia Brasileira”. *Arqueologia Sul-Americana*, v. 1, n. 1, jan. 2005.

RENFREW, Colin; BAHN, Paul. *Arqueología: teorías, métodos y práctica*. 2 ed. Madrid: Akal, 1998.

ROBRAHN-GONZÁLEZ, Erika M. “Arqueologia em perspectiva: 150 anos de prática e reflexão no estudo de nosso passado”. *Revista USP – Dossiê Antes de Cabral: arqueologia brasileira I*, São Paulo, v. 44, p. 10-31, 2000.

SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SHA – SOCIETY HISTORY ARCHAEOLOGY. “The society for historical archaeology. Standards and guidelines for the curation of archaeological collections”. *The Society for Historical Archaeology Newsletter*, v. 26, n. 4, 1993.

SHACKEL, Paul A. “Working with communities: heritage development and Applied Archaeology”. In: SHACKEL, Paul A.; CHAMBERS, Erve J. *Places in mind: Public Archaeology as Applied Anthropology*. New York: Routledge, 2004.

SHANKS, Michael.; TILLEY, Christopher. *Re-constructing archaeology*. Cambridge: Routledge, 1993.

SCHÁVELZON, Daniel. *Buenos Aires negra: arqueología histórica de una ciudad silenciada*. Buenos Aires: Emecé. Editores, 2003.

SHULZE-HOFER, Maria Cristina; MARCHIORI, José Newton Cardoso. *O uso da madeira nas reduções jesuítico-guarani do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Iphan, 2008.

SMITH, Laura Jane; WATERTON, Emma. *Heritage, communities and archaeology* (Duckworth debates in Archaeology). London: Duckworth, 2009.

SOUZA, José Otávio Catafesto de. “O significado social do sítio arqueológico preservado”. SIMPÓSIO SUL-RIO-GRANDENSE DE ARQUEOLOGIA, 5. *Anais...* Rio Grande: Furg, 1988.

SOUZA, Alfredo Mendonça de. *História da Arqueologia Brasileira*. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 1991.

STELLO, Vladimir Fernando. *Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo: avaliação conceitual das intervenções 1925-1927 e 1938-1940*. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

SYMANSKI, L. C. P. “Arqueologia Histórica no Brasil: uma revisão dos últimos vinte anos”. In: MORALES W. F.; MOI F. P. (Eds.). *Cenários regionais de uma arqueologia plural*. Annablume/Acervo, 2009.

TORELLY, Luiz P. P. *Notas sobre a evolução do conceito de patrimônio cultural*, in *Arquitextos*, Vitruvius 149.04 patrimônio, ano 13, outubro de 2012, disponível em: www.vitruvius.com.br

TORRES, Claudio. *Memória comunitária*. Espaço cultural. Xelb 9: Actas do 6º Encontro de Arqueologia do Algarve, p. 13-18, 2009.

TRIGGER, Bruce G. *História do pensamento arqueológico*. São Paulo: Odysseus, 2004.

TUNBRIDGE, J. E.; ASHWORTH, G. J. *Dissonant heritage: the management of the past as a resource in conflict*. Chichester: Wiley, 1996.

VOLKMER, Márcia Solange. “O Lúdico”. In: MILDNER, Saul Eduardo Seiguer (Org.). *Educação patrimonial: perspectivas*. Santa Maria: Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas, UFSM, 2005.

VOSS, Barbara; CASELLA, Eleanor (Orgs.). *The Archaeology of colonialism: intimate encounter and sexual effects*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

ZARANKIN, Andres. *Paredes que domesticam; Arqueologia da Arquitetura Escolar Capitalista, O caso de Buenos Aires*. 1. ed. Campinas: Centro da Arte e Arqueologia -IFCH-UNICAMP, 2002. v. 1. 182p.

WEIMER, G. A. *Arquitetura no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.